

Invasão em área nobre será taxada

ANA BEATRIZ MAGNO

Os mais de três milhões de metros quadrados de áreas públicas e verdes invadidas, nos Lagos Sul e Norte, não serão poupados pelo Sistema de Vigilância do Solo criado pelo governador Joaquim Roriz para combater as ocupações irregulares no DF. Ao invés de derubar as invasões já urbanizadas e incorporadas aos lotes residenciais, o governo pretende taxar o uso privado das áreas.

As duas prefeituras — a do Lago Sul e a do Lago Norte — concordam com a implantação da taxa, mas ressaltam que os moradores só invadiram as áreas públicas e verdes porque elas estavam abandonadas e ameaçavam a segurança da população. “Os terrenos eram bal-

dios e cheios de mato, cobras e ratos”, afirma o prefeito do Lago Sul, Carlos Roberto Moura. Em alguns locais, como nas pontas de pícolé — casas situadas nas regiões finais das QLS —, as invasões chegam a ter doze mil metros quadrados e vão até a orla do lago. O prefeito afirma que esses casos são raros e que a maioria das invasões não ultrapassa os 400 metros quadrados. “Essa extensão é referente à área verde próxima das casas”, explica.

Imposto — A secretária Adjunta de Obras do GDF, arquiteta Evelise Longhi, garantiu que o projeto sobre a taxação das invasões só será enviado para a Assembléia Legislativa depois que o governo fizer um estudo detalhado sobre ocupação residencial no dois lagos. “Nós va-

mos analisar se temos condições orçamentárias de arcar com as despesas para administrar de fato essas áreas”, conta, ressaltando que possíveis derrubas de cercas, muros ou mesmo casas só vão acontecer nos casos dos condomínios irregulares, como é o “Village” que ocupa um local de proteção ambiental, no final do Lago Sul.

A secretária adiantou que a cobrança de impostos sobre os terrenos será provavelmente a solução adotada e reconhecem que o GDF tem dificuldades para administrar todas as áreas verdes e públicas da cidade. “É claro que não vão entrar os setores reservados para escola e hospitais. Esses não podem ser ocupados por nenhum invasor”, completa.

Mesmo considerando excessi-

va a quantidade de impostos pagos pela população, a prefeita do Lago Norte, Silvia Seabra, concorda com a taxa sobre as ocupações irregulares. “Desde que com isso o governo autorize as edificações com até um metro de altura nas áreas verdes”, afirma Silvia. Na sua opinião, os lotes de 800 metros quadrados com invasões médias de 400 metros quadrados — medida oficial da maioria dos terrenos no Lago Norte — ainda são mínimos se comparados com os bairros reservados para as elites de outras capitais do mundo. “Os lotes são tão pequenos que as menores piscinas do Planeta, elas são tão pequenas que poderiam ser chamadas de lava-pés”, afirma Silvia, que mora no Lago Norte há quinze anos e exerce pela quinta vez o mandato de prefeita comunitária.